

Os anos 30: as incertezas do regime

Dulce Chaves Pandolfi*

No dia 10 de novembro de 1937, o presidente da República Getúlio Vargas, que havia assumido o poder em 1930, reuniu seu ministério e diante dos microfones da Rádio Nacional, apresentou ao país uma nova Constituição. Naquele momento, através de um golpe, tinha início o Estado Novo, um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil. De acordo com o discurso de Vargas e dos homens que ajudaram a construir o novo regime, a Revolução de 30 e o Golpe de 1937 eram fases de um mesmo processo. Ou seja, o Estado Novo, segundo essa visão, seria o resultado natural de um movimento que teve o seu ponto de partida em 1930. Este texto analisa o processo político brasileiro que começa com a Revolução de 1930 e finda em 1937, com a implantação do Estado Novo. Um dos seus objetivos é explorar as ambigüidades do período e apontar para a existência de diferentes projetos que disputaram o jogo político. Diferentemente do discurso dos vitoriosos em 1937, pretendo demonstrar que entre a revolução e o golpe, ocorreram disputas importantes e se houve continuidade entre os dois acontecimentos, houve também ruptura.

Os anos que antecederam o Estado Novo foram anos de efervescência e disputa política. Essa situação tinha a ver com a diversidade das forças que haviam se aglutinado em torno da Aliança Liberal, a coligação partidária oposicionista que em 1929 lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Apesar da sua heterogeneidade, no ideário da Aliança Liberal estavam presentes temas relacionados com justiça social e liberdade política. Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café e diminuição das disparidades regionais.

Realizadas as eleições em março de 1930, o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, foi derrotado. Enquanto alguns aliancistas reconheciam a derrota e davam a campanha por encerrada, outros decidiram preparar uma insurreição para chegar ao poder. A revolução eclodiu em outubro e no dia 3 de novembro Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório da nação. De imediato o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1891 revogada. Vargas passou a governar através de decretos-lei.

Cedo começaram os embates entre os diversos grupos que tinham participado da Aliança Liberal. Uma das principais divergências foi sobre o tempo de duração do Governo

Provisório. Enquanto alguns desejavam exigiam a instalação imediata da democracia, outros afirmavam que o retorno à uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. Para os tenentes e seus aliados civis, o processo revolucionário iniciado em 30 ainda não havia conseguido dismantlar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizados na sociedade brasileira. Portanto, num curto prazo, qualquer eleição seria permeada pelos mesmos desvios que marcaram o jogo político ao longo da velha República. Disputas também ocorriam em torno do modelo de Estado a ser implantado no país. Inspirados no pensamento de autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres, os tenentes, favoráveis a um regime forte e apartidário, queriam um Estado centralizador de orientação nacionalista e reformista. Propunham medidas como a exploração estatal do petróleo, a instalação de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização das minas e demais recursos naturais e a estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica. Já os “oligarcas dissidentes”, sobretudo os representantes dos estados mais fortes da federação, defendiam propostas liberais e federativas: tentavam limitar os poderes da União e conquistar uma maior autonomia para o poder estadual. Para os estados do Norte e Nordeste do país, a situação era diferente. O federalismo fortemente presente na Constituição de 1891 não havia lhes sido favorável ao longo da República. Por isso, desejavam um Estado mais intervencionista e centralizador. Eram, portanto, mais sensíveis às propostas do tenentismo. A mudança no quadro político provocada pela Revolução de 30, diminuindo a força dos estados mais poderosos do Centro Sul, poderia possibilitar uma participação mais expressiva a nível nacional. Para recuperar o espaço perdido ao longo da República, além do apoio do poder central, era necessário consolidar a unidade política da região. Coesos, os estados do Norte e Nordeste teriam melhores condições de participar do jogo político. Neste sentido é que a busca de uma atuação conjunta marcaria, no pós-30, a história da região.

As primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações dos setores tenentistas. Entre elas estava o Sistema de Interventorias, um importante instrumento de controle do poder central na política local (Souza, 1976, p 87-95). Na área social, o Governo Provisório também fez investimentos significativos. Ainda em novembro de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, chamado Ministério da Revolução e o Ministério da Educação e Saúde Pública. À exceção do salário mínimo que será regulamentado durante o Estado Novo, entre 1931 e 1934 foram promulgados uma série de decretos e leis de proteção ao trabalhador. A jornada de trabalho no comércio e na indústria foi fixada em oito horas; o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; adotou-se uma lei de férias; foi instituída a carteira de trabalho e o direito a pensões e aposentadorias. Esse conjunto de leis e decretos culminariam em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O investimento na questão social era reforçado por uma legislação

sindical, cujo objetivo maior era subordinar os sindicatos à tutela do Estado. A proposta de Vargas era implantar uma estrutura sindical corporativista onde patrões e empregados, reunidos em suas associações de classe, se transformassem em elementos de sustentação do governo. Em 19 de março de 1931, através do decreto 19.770, adotou-se o modelo de sindicato único. Definido como órgão de colaboração com o poder público, o Estado só reconhecia um sindicato por categoria profissional. A sindicalização não era obrigatória mas, na prática, tornou-se compulsória porque apenas os membros dos sindicatos oficiais eram atingidos pelos benefícios. Ou seja, o regime atrelou o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. No campo econômico, as medidas adotadas no imediato pós 30 também foram centralizadoras e intervencionistas. O governo desejava exercer um controle maior sobre a produção e comercialização dos principais produtos agrícolas brasileiros. Sem dúvida, os anos 30 marcam uma etapa importante nos rumos da economia brasileira. É a partir daí que se desencadeia o processo de industrialização do país.

À medida que as propostas intervencionistas e centralizadoras eram implementadas, crescia a insatisfação dos setores oligárquicos, inclusive de muitos “oligarcas dissidentes”, com a Revolução de 30. Os tenentes, por sua vez, temerosos com a força das oligarquias regionais, buscavam se organizar enquanto grupo. Para eles, a ameaça maior vinha não por parte dos “carcomidos”, isto é, dos derrotados em 1930 mas, dos “políticos profissionais”, aqueles que, apesar de terem participado do movimento revolucionário, não haviam aderido ao “espírito da revolução”. No interior das Forças Armadas, a insatisfação era grande. Para se ter uma idéia do estado de indisciplina que tomou conta da instituição depois da revolução, entre 1930 e 1934, ocorreram cerca de 50 movimentos militares, incluindo aí revoltas, protestos, conspirações e agitações variadas (Carvalho, 1980, p 113). Por outro lado, para se contrapor aos avanços do tenentismo, diversas facções oligárquicas que haviam se cindido na conjuntura pré revolucionária de 30 se rearticularam, exigindo o fim do regime discricionário.

O primeiro semestre de 1932 foi marcado por agitações e crises sucessivas nos meios civis e militares. Pressionado, em fevereiro, o governo editou um Código Eleitoral que contemplava diversas bandeiras da Aliança Liberal. Uma delas foi a instituição de uma Justiça Eleitoral. Outra foi a adoção do sufrágio universal, direto e secreto. As mulheres conquistaram sua cidadania política, mas a idade para ser eleitor era 21 anos e os analfabetos, assim como as praças de pré e os religiosos de ordens monásticas, continuaram, como na antiga República excluídos do processo eleitoral. O Código instituía também a representação classista, uma das reivindicações do tenentismo. Da Assembléia Nacional Constituinte que iria ser convocada, além dos parlamentares eleitos pelo voto direto da população de eleitores, participariam representantes das associações de

classes, eleitos indiretamente por delegados escolhidos pelos sindicatos de suas respectivas categorias profissionais.

Apesar de Vargas ter assinado no dia 14 de maio um decreto criando uma comissão para elaborar o anteprojeto constitucional e marcando para 3 de maio de 1933 as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, as insatisfações contra o governo continuavam.

Em julho, eclodiu uma revolução em São Paulo que se transformou na pior guerra civil vivida pelo país. A Revolução Constitucionalista, como se tornou conhecida, durou três meses. No dia 2 de outubro, os paulistas, cercados por tropas federais, se renderam. Os principais líderes do movimento foram presos, tiveram seus direitos políticos suspensos por três anos e muitos foram exilados. Mas, apesar da derrota militar, os paulistas tiveram ganhos políticos. Além do compromisso do Governo Provisório em levar avante o processo de reconstitucionalização do país, São Paulo a partir de agosto de 1933 passou a ter um interventor paulista e civil, como desejava a elite: Armando Sales de Oliveira.

Sem dúvida, a Revolução de 32 provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares. A repressão não se abateu só sobre os revoltosos paulistas. Parte da liderança gaúcha e mineira que havia participado da Revolução de 30 por terem apoiado a causa paulista, foram alijados do processo político em curso e mais de 500 oficiais foram expulsos das Forças Armadas. Depois da experiência de 1932, reestruturar as Forças Armadas e fazer delas um ator político significativo passou a ser uma das preocupações centrais de Vargas.

A reconstitucionalização do país representava uma derrota para o tenentismo e seus aliados civis. Com a proximidade das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte era necessário criar novos partidos pois, os existentes antes de 1930 haviam sido praticamente extintos. Realizadas as eleições, os partidos que tiveram melhor desempenho, salvo exceções foram os situacionistas. A Constituinte brasileira iniciou seus trabalhos no dia 15 de novembro de 1933 e sete meses depois, em 16 de julho do ano seguinte, a Constituição foi promulgada. Um dia após a sua promulgação, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente, pelos constituintes, presidente da República. Inovadora em muitos aspectos, a Constituição de 34 atendia aos anseios liberais democráticos presentes no ideário da Revolução de 30. Na realidade, ela propunha um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador do que desejava Vargas. Embora limitasse a autonomia financeira dos estados, o regime federativo ficava assegurado. No capítulo sobre a Ordem Econômica e Social sancionou-se o intervencionismo do Estado em assuntos econômicos e sociais. O fortalecimento do Estado, no entanto, não podia ser confundido com o poder intervencionista do Executivo federal, questão central para muitos dos revolucionários de 30. Neste sentido, os representantes liberais na Constituinte conseguiram assegurar o predomínio do Legislativo no sistema político e fazer dele um

instrumento para inibir o avanço do Executivo. A representação classista que vigorou na eleições de 1933, foi mantida no texto constitucional. O direito de voto foi estendido a homens e mulheres maiores de 18 anos, os direitos sociais foram consagrados, e instituiu-se uma Justiça do Trabalho. A Igreja Católica teve ganhos importantes como o direito à educação confessional nas escolas públicas. As eleições para a presidência da República, governos estaduais e prefeituras eram diretas. Mas, à semelhança do que havia ocorrido no caso da presidência da República, os próximos governadores seriam eleitos indiretamente pelas respectivas assembleias estaduais, cujas eleições iriam ocorrer em outubro de 1934. O mandato de todos era de quatro anos, não sendo permitido a reeleição. Portanto, as próximas eleições seriam em 1938 e Vargas não poderia ser candidato. Em discurso do dia pronunciado na Assembleia Nacional Constituinte, Vargas não escondeu seu descontentamento com a nova Constituição.

Em outubro de 1934 foram realizadas eleições para o Congresso Nacional e para as assembleias legislativas estaduais. As eleições foram turbulentas e houve conflitos no Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio de Janeiro (Levine, 1980, p 75 a 88). Em muitos estados os interventores foram derrotados e as forças decaídas em 30 reconduzidas ao poder. Este foi, sem dúvida, outro momento de rotatividade das elites.

O restabelecimento de uma ordem legal estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social. Várias greves eclodiram no período e o processo político radicalizou-se. À direita e à esquerda surgiram duas organizações políticas não partidárias que tiveram abrangência nacional e se tornaram bastante expressivas. Totalmente divergentes entre si, a Ação Integralista Brasileira, AIB e a Aliança Nacional Libertadora, ANL eram bem definidas programaticamente e conseguiram produzir grande mobilização no país. Com sedes espalhadas em diversas cidades do país, a ANL rapidamente conseguiu a adesão de milhares de simpatizantes, mas em julho, alguns meses após sua criação, foi colocada na ilegalidade. Na clandestinidade, em agosto, a organização intensificou os preparativos para a deflagração de um movimento armado cujo objetivo era derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular, chefiado por Luís Carlos Prestes. Iniciado com levantes militares em várias regiões, o movimento deveria contar com o apoio do operariado que desencadearia greves em todo o território nacional. O primeiro levante militar foi deflagrado no dia 23 de novembro na cidade de Natal. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Sem contar com a adesão do operariado e restrita às cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, a rebelião foi rápida e violentamente debelada.

Depois da rebelião, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas mas, contra todos os considerados opositores do regime. Sem dúvida, 1935, foi mais um momento de depuração da elite civil e militar vitoriosa em 1930. Apesar do fracasso, a chamada revolta comunista

serviu de forte pretexto para o fechamento do regime. A partir de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. Entre as emendas constitucionais aprovadas, havia uma que considerava que o país vivia uma situação de “estado de guerra”, quando ocorressem manifestações, em qualquer parte do território nacional, que subvertessem as instituições políticas e sociais. Mesmo antes da revolta comunista, em abril de 1935, sob o impacto das várias greves que vinham ocorrendo, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional, suprimindo diversas franquias democráticas presentes na Constituição de 34. Ficava evidente o recuo dos liberais diante da organização do movimento popular (Pandolfi e Grynszpan, 1997, p 14).

Entretanto, mesmo tendo seus poderes reforçados e argumentando que o país estava ameaçado pela desordem interna, Vargas não conseguia o apoio de 2/3 do Congresso, necessário para prorrogar seu mandato presidencial. À revelia de Vargas, e num clima de muita repressão, a questão da sucessão presidencial ocupou lugar de destaque na cena política. Durante o decorrer de 1937, foram lançados três candidatos à presidência da República: o governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira que recebeu o apoio do governador gaúcho Flores da Cunha e de diversos agrupamentos estaduais oposicionistas; o paraibano José Américo de Almeida, representante das forças do Norte/Nordeste do país e do tenentismo, e apoiado por todos os partidos situacionistas, exceto os de São Paulo e Rio Grande do Sul; e finalmente Plínio Salgado, o chefe dos integralistas, indicado por um grande plebiscito promovido pela AIB.

No manhã do dia 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi cercado por tropas da Polícia Militar. O regime mudou, mas Vargas manteve-se se na chefia do Executivo. Entretanto, o Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Parte expressiva dos aliados de 1930 estava marginalizada do poder. O afastamento dos aliados civis e militares foi se dando de forma lenta e gradual. Por isso, o Estado Novo foi um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante os incertos e tumultuados anos 30.

Referências Bibliográficas

- BRANDI, Paulo. *Vargas*. Da vida para a história. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília, Ed. UnB, 1988, p. 7 –39.
- CAMARGO, Aspásia et al. *O Golpe Silencioso*. As origens da República Sindicalista. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política. 1930-1945. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília, Ed. UnB, 1988, p. 107 –187.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo, Moderna, 1997.
- DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Coord. Alzira Abreu e Israel Beloch. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001, 5 v. , il.
- DINIZ, Eli. Engenharia Institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: *Repensando o Estado Novo*. Org. Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

- DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista*. A intervenção política dos jovens oficiais (1922-1935). Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- FAUSTO, Boris. *Pequenos ensaios de história da República: (1889/1945)*. São Paulo, CEBRAP, 1972, (Cadernos CEBRAP, n.º 10).
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: *O Brasil republicano*. Org. Boris Fausto. São Paulo, Difel, 1981. v. 3, p. 7 -77. (História Geral da Civilização Brasileira, 10).
- GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- LEVINE, Robert. *O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: *Regionalismo e centralização política*. Coord. Ângela Maria de Castro Gomes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 339-491.
- PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. IN: *A República no Brasil*. Org. Angela Castro Gomes, Dulce Pandolfi e Verena Alberti. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.
- PANDOLFI, Dulce e GRYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. UFPR, 1997, n. 9, p. 7- 23.
- REGIONALISMO e centralização política. Coord. Ângela Maria de Castro Gomes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa Ômega, 1976.
- VARGAS, Getulio. *A Nova política*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938-1945, v. 5.